

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

RS 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	44.792.541.296,46	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.568.332.888,16	34,76%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%	24.187.972.300,09	54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30%	22.978.573.685,08	51,30%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	36.009.414.020,98	80,39%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	53.751.049.555,75	120,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	64.441.720,77	0,14%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.854.359.085,22	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.166.806.607,43	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.135.477.890,75	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

Fonte: SOF (RGF - Demonstrativos da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal)

Notas:

- Despesa total com pessoal referente ao Poder Executivo, conforme art. 54 combinado com o art. 55, parágrafo 1º da LRF.

Medidas Corretivas - Inciso II, artigo 55 da LRF - implementadas pelo Município:

“- Houve desconto sobre saldo devedor do Contrato de Refinanciamento, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa SELIC, desde a assinatura do contrato, conforme previsto no art. 3º da LC 148/214, com redação da LC 151/2015, cujos efeitos financeiros foram aplicados ao saldo devedor mediante o aditamento contratual. A legislação em vigor possibilitou ainda, alteração da taxa de juros e da atualização monetária, a partir de janeiro de 2013.”

- Ações previstas na Lei 16.241, de 31 de julho de 2015 (LDO para o exercício de 2016).

RAPHAEL AUGUSTO DANIEL GRILO
Diretor do Depto. de Dívidas Públicas
CPF 310.389.898-33

EMERSON ONOFRE PEREIRA
Diretor do Depto de Contadoria
CRC 1SP 247.974/O-7

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário de Finanças e
Desenvolvimento Econômico
CPF 291.717.208-80

GUSTAVO DE OLIVEIRA GALLARDO
Controlador Geral do Município
CPF 279.286.118.-56

FERNANDO HADDAD
Prefeito
CPF 052.331.178-86